

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Período findo em 31 de março de 2021 e
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Comentários de Desempenho

Parecer dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE MARÇO DE 2021**

Senhores Acionistas.

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do primeiro trimestre de 2021, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes e das Demonstrações Financeiras.

Alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:

Em 04/11/2020 a empresa realizou uma audiência pública com o Juiz da Recuperação Judicial, onde nesta oportunidade exploramos nosso plano para encerramento da Recuperação Judicial, bem como nossa estratégia para proteção de ativos que possibilitarão o pagamento dos compromissos para este encerramento e os pagamentos necessários aos credores concursais fora do biênio e credores extraconcursais.

Em 22/04/2021, tal proposta foi reformulada já tendo como resultado os valores relativos a Arbitragem ocorrida em NY contra a TUPI e PNBV, que culminou no acordo entre as partes para o recebimento pela Companhia do valor de US\$ 96 milhões, conforme já amplamente noticiado.

Também mostramos aos credores e ao Juiz que nossos ativos são maiores que nossos passivos e que o casamento destes proporcionará maior segurança na realização dos compromissos com credores concursais e extraconcursais.

Destacamos também que as inúmeras penhoras e constrições sofridas pela empresa em relação as suas monetizações de ativos em muito tem atrapalhado a conclusão do plano de recuperação judicial.

Hoje, essas penhoras e bloqueios judiciais ultrapassam os R\$ 300 milhões.

Vale salientar que até o momento a empresa já realizou o pagamento de 99% dos seus compromissos exigíveis para o encerramento da recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE MARÇO DE 2021

| RJ GRUPO INEPAR | | | | |
|------------------------|---|---|-----------------------------------|---|
| Classe | Saldo incontroverso dentro do biênio (R\$ M) | Saldo incontroverso fora do biênio (R\$ M) | Saldo total devido (R\$ M) | Valor pago até o momento (R\$ M) |
| Classe I | - | R\$ 13,0 | R\$ 13,0 | R\$ 71,0 |
| Classe II | R\$ 21,3 | R\$ 341,7 | R\$ 363,0 | R\$ 199,5 |
| Classe III | - | - | - | R\$ 1.993,7 |
| Classe IV | | R\$ 14,0 | R\$ 14,0 | R\$ 12,5 |
| TOTAL | R\$ 21,3 | R\$ 368,7 | R\$ 390,0 | R\$ 2.276,7 |

A Companhia está concluindo uma revisão geral das suas dívidas tributárias, visando a possibilidade de reduzi-las com base no Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/20 e suas Portarias.

Esse e outros assuntos foram amplamente explanados no nosso Relatório de Administração relativo ao Balanço de 2020, que foi publicado em 15/07/2021.

Dito isso, gostaríamos de nos concentrar nas ações e caminhos que a Companhia vem buscando para o seu soerguimento e retomada das atividades num ritmo condizendo com sua história e capacidade.

Estamos muito focados e nos preparando para atuação de curto, médio e longo prazo no mercado de Saneamento básico e Industrial, estruturando nosso Plano Estratégico e Tático com foco no mercado público e privado, mercado esse com investimentos de R\$ 700 bilhões, após novo marco regulatório em vigência.

Também estamos nos preparando para retomada dos mercados core da Companhia.

No mercado de Óleo e Gás, através de projetos nas áreas de Refino, Manutenção on-shore e off-shore, serviços, revamp's e paradas.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE MARÇO DE 2021

No mercado metrô-ferroviário principalmente na manutenção de vagões de carga, locomotivas e trens de passageiros, dados todos os investimentos publicados pelas principais companhias desse setor no Brasil, empresas estas que irão duplicar sua capacidade nos próximos anos.

Estamos investindo nas nossas unidades fabris tanto de Araraquara quanto de Macaé a fim de prepará-las para esse novo momento da Companhia.

Sempre acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial prevista para o segundo semestre de 2021 em vista de termos apenas 1% ainda a pagar conforme demonstrado acima, a renegociação em conclusão com os principais credores extraconcursais e a eminência da readequação de sua dívida tributária conforme já amplamente explanado no Relatório de 2020, bem como a entrada dos recursos obtidos na vitória da arbitragem contra a TUPI e PNBV, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e muito melhor habilitada concluir as negociações em andamento com os parceiros estratégicos que, com a qualidade de nosso acervo e estrutura fabril, asseguram competitiva posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

Estamos envidando todos os esforços possíveis na monetização dos ativos que irão permitir a formação do capital de giro e investimentos necessários a essa retomada.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre, encerrado em 31/03/2021, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela BLB Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS TRIMESTRAIS (ITR) INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos: Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, às demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas findas em 31 de março de 2021, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pelo grupo de empresas foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Conforme as demonstrações financeiras apresentadas, há prejuízos acumulados de R\$ 4.404.805 mil em suas operações, tendo apurado prejuízo recorrente de R\$ 11.618 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.959.789 mil em 31 de março de 2021. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia esteja em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas demonstrações contábeis intermediárias, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa 21, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto SP, 29 de julho de 2021.

BLB
BRASIL
AUDITORES e
CONSULTORES

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2


Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

período findo em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 22 | 21 | 65.077 | 304 |
| Clientes | 6 | 378 | 378 | 276.191 | 501.513 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 9 | 9 | 9 | 9 |
| Estoques | 8 | - | - | 8.434 | 5.832 |
| Títulos a receber | 9 | - | - | 12 | 12 |
| Impostos a recuperar | 10 | 4.798 | 4.798 | 25.919 | 26.061 |
| Dividendos a receber | | - | - | 73 | 73 |
| Outros créditos | 11 | 13.501 | 9.509 | 19.047 | 15.165 |
| Total do Ativo Circulante | | 18.708 | 14.715 | 394.762 | 548.969 |
| Não Circulante | | | | | |
| Clientes | 6 | 482 | 482 | 482 | 482 |
| Partes relacionadas | 21 | 290.616 | 339.977 | 8.892 | 8.579 |
| Títulos a receber | 9 | 7.774 | 7.774 | 7.774 | 7.774 |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | - | - | 688 | 688 |
| Impostos a recuperar | 10 | 12.225 | 12.386 | 33.362 | 33.696 |
| Depósitos judiciais | | 94.065 | 82.569 | 147.317 | 135.821 |
| Outros créditos | 11 | 18.742 | 28.482 | 19.406 | 29.146 |
| Investimentos | 12 | 325.593 | 325.839 | 251.653 | 248.282 |
| Imobilizado | 13 | 81.115 | 81.898 | 218.416 | 220.419 |
| Intangível | 14 | 391.513 | 391.513 | 395.319 | 395.925 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 1.222.125 | 1.270.920 | 1.083.309 | 1.080.812 |
| Total do Ativo | | 1.240.833 | 1.285.635 | 1.478.071 | 1.629.781 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

período findo em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

| PASSIVO | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | | 34.399 | 32.170 | 81.781 | 91.369 |
| Financiamentos e empréstimos | 15 | 159.952 | 161.524 | 379.440 | 376.546 |
| Debêntures | 16 | 12.541 | 42.964 | 12.541 | 42.964 |
| Salários e encargos sociais | | 12.458 | 11.317 | 188.009 | 187.614 |
| Impostos e contribuições a recolher | 17 | 732.390 | 729.886 | 1.409.339 | 1.395.465 |
| Dividendos propostos | | 3.317 | 3.317 | 3.341 | 3.341 |
| Provisão de custos e encargos | 18 | - | - | 11.902 | 126.297 |
| Adiantamentos de clientes | 19 | - | - | 41.944 | 38.735 |
| Títulos a pagar | | 1.002 | 9.878 | 1.002 | 9.878 |
| Outras contas a pagar | 24 | 129.710 | 128.842 | 225.252 | 223.649 |
| Total do Passivo Circulante | | 1.085.769 | 1.119.898 | 2.354.551 | 2.495.858 |
| Não Circulante | | | | | |
| Financiamentos e empréstimos | 15 | 263.323 | 263.414 | 263.323 | 263.414 |
| Debêntures | 16 | 201.250 | 194.549 | 201.250 | 194.549 |
| Salários e encargos sociais | | - | - | 2.591 | 2.577 |
| Impostos e contribuições a recolher | 17 | 27.849 | 28.617 | 224.246 | 233.083 |
| Partes relacionadas a pagar | 21 | 434.727 | 434.183 | 82.619 | 81.352 |
| Impostos diferidos passivos | 20.1 | 26.472 | 26.735 | 55.245 | 55.685 |
| Provisão de custos e encargos | 18 | 2.303 | 2.303 | 2.303 | 2.303 |
| Provisão para contingências | 22 | 636.098 | 636.098 | 865.721 | 865.721 |
| Provisão para passivo a descoberto | 23 | 1.149.385 | 1.153.544 | 7.632 | 7.085 |
| Outras contas a pagar | 24 | 958 | 1.282 | 1.968 | 2.274 |
| Total do Passivo Não Circulante | | 2.742.365 | 2.740.725 | 1.706.898 | 1.708.043 |
| Patrimônio Líquido | | | | | |
| Capital social | 25 | 429.684 | 429.211 | 429.684 | 429.211 |
| Gasto com subscrição de ações | | (3.073) | (3.073) | (3.073) | (3.073) |
| Reserva de capital | | 180.292 | 180.292 | 180.292 | 180.292 |
| Reserva de reavaliação | | 25.257 | 25.571 | 25.257 | 25.571 |
| Debêntures perpétuas | | 318.541 | 319.014 | 318.541 | 319.014 |
| Créditos quirografários a converter | | 31.837 | 31.837 | 31.837 | 31.837 |
| Prejuízos acumulados | | (4.404.804) | (4.391.847) | (4.404.804) | (4.391.847) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 834.965 | 834.007 | 834.965 | 834.007 |
| | | (2.587.301) | (2.574.988) | (2.587.301) | (2.574.988) |
| Participação dos Não Controladores | | - | - | 3.923 | 868 |
| Total do Patrimônio Líquido | | (2.587.301) | (2.574.988) | (2.583.378) | (2.574.120) |
| Total do Passivo | | 1.240.833 | 1.285.635 | 1.478.071 | 1.629.781 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações de Resultados

períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|-------------------|-------------------|-----------------|-----------------|
| | | 31/03/2021 | 31/03/2020 | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
| Receita operacional líquida | 27 | - | - | 1.670 | 1.185 |
| Custos dos produtos e serviços | | - | - | (3.395) | (1.339) |
| Lucro bruto | | - | - | (1.725) | (154) |
| Receitas [despesas] operacionais | | (435) | (41.630) | 17.437 | (24.249) |
| Despesas com vendas | | - | - | (1.710) | (1.171) |
| Perdas no recebimento de crédito com clientes | | (15) | (719) | (877) | (2.136) |
| Administrativas e gerais | | (11.105) | (3.084) | (24.991) | (11.894) |
| Provisões para contingências | | 67 | (224) | 620 | 17 |
| Outras receitas e despesas operacionais | | 8.906 | 639 | 43.931 | (2.901) |
| Provisões de perdas sobre investimentos | | - | (23) | - | (23) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 12 | 1.712 | (38.219) | 464 | (6.141) |
| Resultado operacional | | (435) | (41.630) | 15.712 | (24.403) |
| Despesas financeiras | 28 | (16.808) | (17.271) | (30.251) | (36.372) |
| Receitas financeiras | 28 | 2.627 | 1.199 | 2.816 | 1.403 |
| Resultado antes do imposto de renda | | (14.616) | (57.702) | (11.723) | (59.372) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente | 20.2 | - | - | - | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido | 20.2 | 102 | (408) | 106 | (403) |
| Resultado do Período | | <u>(14.514)</u> | <u>(58.110)</u> | <u>(11.617)</u> | <u>(59.775)</u> |
| Atribuído a: | | | | | |
| Participação dos acionistas controladores | | | | (14.514) | (58.110) |
| Participação dos acionistas não-controladores | | | | 2.897 | (1.665) |
| | | | | <u>(11.617)</u> | <u>(59.775)</u> |
| Quantidade de ações ordinárias ao final do período | | 5.053.848 | 4.812.385 | | |
| Quantidade de ações preferenciais ao final do período | | <u>3.156.808</u> | <u>3.156.807</u> | | |
| Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$ | | (1.702,34) | (7.013,99) | | |
| Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$ | | <u>(1.872,57)</u> | <u>(7.715,39)</u> | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F. - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

| | Capital Social | | Reservas de Lucros | | Lucros ou (Prejuízos) Acumulados | Debêntures Perpétuas | Créditos a Converter | Outros Resultados Abrangentes | | Participação dos Não Controladores no Pat. Líq. das Controladas | Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora | Participação dos Não Controladores no Pat. Líq. das Controladas | Total Patrimônio Líquido |
|---|----------------|------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------------|---------------------|---|---|---|--------------------------|
| | Subscrito | (-) Gastos com Subscrição de ações | Reservas de Capital | Ações em Tesouraria | | | | Reservas de Reavaliação | Custo Atribuído AAP | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2019 | 412.484 | (3.073) | 180.292 | (8.303) | (3.853.431) | 335.741 | 99.157 | 31.188 | 47.868 | 794.528 | (1.963.349) | (52.449) | (2.015.993) |
| Lucro Líquido do Exercício | | | | | (542.786) | | | | | | (542.786) | 54.016 | (488.770) |
| Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD) | | | | | 3.694 | | | | | | 3.694 | | 3.694 |
| Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (PENTA) | | | | | 13 | | | | | | 13 | | 13 |
| Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas | | | | | | | | | | | 4.557 | | 4.557 |
| Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior | | | | | | | | | | | | 610 | 610 |
| Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas | | | | | | | | | | | (9.597) | (1.309) | (10.906) |
| Outros Resultados Abrangentes | | | | | | | | | | | (5.040) | (699) | (5.739) |
| Resultado Abrangente Total | | | | | | | | | | | (544.119) | 53.317 | (490.802) |
| Redução de Capital - 347ª RCA de 31/01/2020 | 2.625 | | | | | (2.625) | | | | | | | |
| Aumento de Capital - 348ª RCA de 03/07/2020 | 13.986 | | | | | (13.986) | | | | | | | |
| Aumento de Capital - 351ª RCA de 13/11/2020 | 116 | | | | | (116) | | | | | | | |
| Transações de Capital com os Sócios | | | | | | | | | | | | | |
| Debêntures a converter | | | | | | | (67.320) | | | | | | (67.320) |
| Realização da Reserva Reavaliação | | | | | | | | (5.617) | | | | | |
| Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado | | | | | | | | | (3.349) | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 425.211 | (3.073) | 180.292 | (8.303) | (4.383.544) | 319.014 | 31.837 | 25.571 | 44.519 | 789.488 | (2.574.985) | 868 | (2.574.120) |
| Lucro Líquido do Período | | | | | (14.514) | | | | | | (14.514) | 2.897 | (11.617) |
| Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD) | | | | | 1.040 | | | | | | 1.040 | | 1.040 |
| Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas | | | | | | | | | | | 1.161 | | 1.161 |
| Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior | | | | | | | | | | | | 158 | 158 |
| Outros Resultados Abrangentes | | | | | | | | | | | 1.161 | 158 | 1.319 |
| Resultado Abrangente Total | | | | | | | | | | | (12.313) | 3.055 | (9.258) |
| Aumento de Capital - 353ª RCA de 30/03/2021 | 473 | | | | | (473) | | | | | | | |
| Transações de Capital com os Sócios | | | | | | | | | | | | | |
| Realização da Reserva Reavaliação | | | | | | | | (314) | | | | | |
| Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado | | | | | | | | | (203) | | | | |
| Em 31 de março de 2021 | 425.684 | (3.073) | 180.292 | (8.303) | (4.396.501) | 318.541 | 31.837 | 25.257 | 44.316 | 790.649 | (2.587.301) | 3.923 | (2.583.378) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020
(Em milhares de reais)

| | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
|---|-----------------|-----------------|
| Resultado Líquido do Período | <u>(14.514)</u> | <u>(58.110)</u> |
| Ajuste patrimonial Reflexo de Investida | 1.040 | 1.054 |
| Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas | 1.161 | 3.987 |
| Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior | 158 | 544 |
| Participação dos Acionistas Não Controladores | <u>2.897</u> | <u>(1.665)</u> |
| Resultado Abrangente do Período | <u>(9.258)</u> | <u>(54.190)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020

(Em milhares de reais)

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 31/03/2021 | 31/03/2020 | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | |
| Resultado do período | (14.514) | (58.110) | (14.514) | (58.110) |
| Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes | | | | |
| Depreciações e amortizações | 783 | 847 | 2.541 | 2.817 |
| Perda na alienação de imobilizado/investimentos | - | - | 68 | 7 |
| Equivalência patrimonial | (1.712) | 38.219 | (464) | 6.141 |
| Participação de acionistas não controladores | - | - | (2.897) | 1.665 |
| Variações monetárias e cambiais | 7.528 | 11.025 | 11.994 | 22.256 |
| Provisões (Reversões) | - | - | (114.395) | 10 |
| Resultado do período ajustado | (7.915) | (7.896) | (117.667) | (25.214) |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | | |
| Contas a receber de Clientes | - | - | 225.322 | 1.095 |
| Estoques | - | - | (2.602) | 1.108 |
| Impostos a recuperar | 161 | 590 | 476 | 1.660 |
| Despesas antecipadas | - | 15 | - | 15 |
| Outros créditos | (5.748) | (908) | (5.638) | (922) |
| | (5.587) | (303) | 217.558 | 2.956 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | | |
| Fornecedores | 2.229 | 1.144 | (9.588) | 2.747 |
| Salários e encargos sociais | 1.141 | 1.113 | 409 | 11.729 |
| Impostos e contribuições a recolher | 1.736 | 4.085 | 5.037 | 4.889 |
| Provisão para impostos diferidos | (263) | (221) | (440) | (955) |
| Adiantamentos de clientes | - | - | 3.209 | 35 |
| Títulos a pagar | (8.876) | (14) | (8.876) | (14) |
| Outras contas a pagar | 544 | (17) | 7.248 | 1.867 |
| | (3.489) | 6.090 | (3.001) | 20.298 |
| TOTAL CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (16.991) | (2.109) | 96.890 | (1.960) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | | | |
| Ganho sobre participações societárias | - | - | 1.161 | (407) |
| Aquisições imobilizados e Intangíveis | - | - | - | (4) |
| Operações de mútuos com empresas ligadas | 49.361 | 1.054 | (313) | 2.829 |
| TOTAL DO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | 49.361 | 1.054 | (471) | 2.418 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | | | |
| Captação de financiamentos e empréstimos | - | 252 | - | 252 |
| Amortização de financiamentos e empréstimos - principal | (32.913) | (440) | (32.913) | (2.092) |
| Operações de mútuos com empresas ligadas | 544 | 1.241 | 1.267 | 1.056 |
| TOTAL CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | (32.369) | 1.053 | (31.646) | (784) |
| TOTAL DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 1 | (2) | 64.773 | (326) |
| Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | 21 | 20 | 304 | 575 |
| Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | 22 | 18 | 65.077 | 249 |
| TOTAL DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 1 | (2) | 64.773 | (326) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020

(Em milhares de reais)

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | 31/03/2021 | 31/03/2020 | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
| RECEITAS | 9.165 | (202) | 185.116 | 156 |
| Venda de mercadorias, produtos e serviços | - | - | 2.209 | 1.533 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (15) | (719) | (877) | (2.146) |
| Outras Receitas / Despesas | 9.180 | 517 | 183.784 | 769 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (7.046) | (1.354) | (149.941) | 1.183 |
| Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos | - | - | (2.603) | (1.013) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (7.046) | (1.354) | (147.338) | 2.196 |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | 2.119 | (1.556) | 35.175 | 1.339 |
| Depreciação e Amortização | (782) | (847) | (2.540) | (2.817) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | 1.337 | (2.403) | 32.635 | (1.478) |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 4.339 | (37.020) | 3.280 | (4.456) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 1.712 | (38.219) | 464 | (6.141) |
| Receitas Financeiras | 2.627 | 1.199 | 2.816 | 1.402 |
| Outros Créditos | - | - | - | 283 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 5.676 | (39.423) | 35.915 | (5.934) |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | |
| PESSOAL | 3.261 | 847 | 14.307 | 14.453 |
| Salários e encargos | 2.994 | 833 | 9.394 | 6.404 |
| Benefícios | 267 | 14 | 3.312 | 6.531 |
| FGTS | - | - | 1.601 | 1.518 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES | 107 | 533 | 2.522 | 2.759 |
| Federais | 107 | 533 | 2.175 | 2.555 |
| Estaduais | - | - | 345 | 204 |
| Municipais | - | - | 2 | - |
| REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS | 16.822 | 17.307 | 30.703 | 36.629 |
| Juros | 16.808 | 17.271 | 30.251 | 36.369 |
| Alugueis | 14 | 36 | 452 | 260 |
| REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS | (14.514) | (58.110) | (11.617) | (59.775) |
| Prejuízo do período | (14.514) | (58.110) | (14.514) | (58.110) |
| Participação de acionistas minoritários | - | - | 2.897 | (1.665) |
| VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO | 5.676 | (39.423) | 35.915 | (5.934) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

NOTA 1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Ilesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão.

Exemplo disso foi a recente decisão, em dezembro de 2020, relativa ao processo arbitral instaurado contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, que culminou com o recebimento de US\$ 96 milhões conforme já amplamente noticiado por Fato Relevante e pela imprensa especializada.

Em 25/11/2020 e em revisão peticionada no dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| REGRUPO INEPAR | | | | |
|-----------------------|--|--|----------------------------|----------------------------------|
| Classe | Saldo incontroverso dentro do biênio (R\$ M) | Saldo incontroverso fora do biênio (R\$ M) | Saldo total devido (R\$ M) | Valor pago até o momento (R\$ M) |
| Classe I | - | R\$ 13,0 | R\$ 13,0 | R\$ 71,0 |
| Classe II | R\$ 21,3 | R\$ 341,7 | R\$ 363,0 | R\$ 199,5 |
| Classe III | - | - | - | R\$ 1.993,7 |
| Classe IV | - | R\$ 14,0 | R\$ 14,0 | R\$ 12,5 |
| TOTAL | R\$ 21,3 | R\$ 368,7 | R\$ 390,0 | R\$ 2.276,7 |

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento apenas do BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito) sendo devido o saldo de 21,3 milhões.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

NOTA 1.2 – COVID-19

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

A Companhia adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

NOTA 2- BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) **Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**- As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas**- As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3--RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

| <u>Empresas</u> | <u>31/03/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial | 100,00 | 100,00 |
| Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial | 100,00 | 100,00 |
| Penta Participações e Investimentos Ltda. | 100,00 | 100,00 |
| Innovida Participações S.A. | 100,00 | 100,00 |
| Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados | 100,00 | 100,00 |

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros

3.7. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das

atividades da Companhia. A provisão para "*impairment*" foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8 Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado: A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. *Impairment* de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "*impairment*" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "*impairment*", são revisados para a análise de uma possível reversão do "*impairment*" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de

resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2)/IFRS16-Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1)/IAS17-Operações de arrendamento mercantil). A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados: Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;

- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

- A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08., apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria: Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

| Ativos financeiros em 31/12/2020 conforme balanço patrimonial | Controladora | | | Passivos financeiros em 31/12/2020 conforme balanço patrimonial | Controladora | |
|--|---|---------------------|---------------|--|---------------------|----------------|
| | Ativos a valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Total | | Custo amortizado | Total |
| <u>Circulante</u> | | | | <u>Circulante</u> | | |
| Aplicações financeiras | 21 | - | 21 | Fornecedores | 32.170 | 32.170 |
| Contas a receber | - | 378 | 378 | Empréstimos e financ. | 161.524 | 161.524 |
| Títulos valores mobiliários | - | 9 | 9 | Debêntures | 42.964 | 42.964 |
| Outros créditos | - | 9.509 | 9.509 | Títulos a pagar | 9.878 | 9.878 |
| | | | | Outras contas a pagar | 128.842 | 128.842 |
| | | | | Outras contas a pagar (i) | | |
| Total circulante | 21 | 9.896 | 9.917 | Total circulante | 375.378 | 375.378 |
| <u>Não circulante</u> | | | | <u>Não circulante</u> | | |
| Contas a receber | - | 482 | 482 | Empréstimos e financ. | 263.414 | 263.414 |
| Títulos a receber | - | 7.774 | 7.774 | Outras contas a pagar | 1.282 | 1.282 |
| Outros créditos | - | 28.482 | 28.482 | | | |
| Total não circulante | - | 36.738 | 36.738 | Total não circulante | 264.696 | 264.696 |
| TOTAL GERAL | 21 | 46.634 | 46.655 | TOTAL GERAL | 640.074 | 640.074 |

| Ativos financeiros 31/03/2021 conforme balanço patrimonial | Controladora | | | Passivos financeiros 31/03/2021 conforme balanço patrimonial | Controladora | |
|---|---|---------------------|---------------|---|---------------------|----------------|
| | Ativos a valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Total | | Custo amortizado | Total |
| <u>Circulante</u> | | | | <u>Circulante</u> | | |
| Aplicações financeiras | 22 | - | 22 | Fornecedores | 34.399 | 34.399 |
| Contas a receber | - | 378 | 378 | Empréstimos e financ. | 159.952 | 159.952 |
| Títulos valores mobiliários | - | 9 | 9 | Debêntures | 12.541 | 12.541 |
| Outros créditos | - | 13.501 | 13.501 | Títulos a pagar | 1.002 | 1.002 |
| | | | | Outras contas a pagar | 129.710 | 129.710 |
| Total circulante | 22 | 13.888 | 13.910 | Total circulante | 337.604 | 337.604 |
| <u>Não circulante</u> | | | | <u>Não circulante</u> | | |
| Contas a receber (b) | - | 482 | 482 | Empréstimos e financ. | 263.323 | 263.323 |
| Títulos a receber (d) | - | 7.774 | 7.774 | Outras contas a pagar | 958 | 958 |
| Títulos valores mobiliários | - | - | - | | | |
| Outros créditos | - | 18.742 | 18.742 | | | |
| Total não circulante | - | 26.998 | 26.998 | Total não circulante | 264.281 | 264.281 |

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| conforme balanço patrimonial | por meio do resultado | Custo amortizado | Total | conforme balanço patrimonial | Custo amortizado | Total |
|---------------------------------|--------------------------|---------------------|----------------|---------------------------------|---------------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | |
| Caixa e bancos | 128 | - | 128 | Fornecedores | 91.369 | 91.369 |
| Aplicações financeiras | 176 | - | 176 | Empréstimos e financiam. | 376.546 | 376.546 |
| Contas a receber | - | 501.513 | 501.513 | Debêntures | 42.964 | 42.964 |
| Títulos valores mobiliários | - | 9 | 9 | Títulos a pagar | 9.878 | 9.878 |
| Outros créditos | - | 15.165 | 15.165 | Outras contas a pagar | 223.649 | 223.649 |
| Total circulante | 304 | 516.687 | 516.991 | Total circulante | 744.406 | 744.406 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | |
| Contas a receber | - | 482 | 482 | Empréstimos e financiam. | 263.414 | 263.414 |
| Títulos a receber | - | 7.774 | 7.774 | Outras contas a pagar | 2.274 | 2.274 |
| Títulos valores mobiliários | - | 688 | 688 | | | |
| Outros créditos | - | 29.146 | 29.146 | | | |
| Total não circulante | - | 38.090 | 38.090 | Total não circulante | 265.688 | 265.688 |
| TOTAL GERAL | 304 | 554.777 | 555.081 | TOTAL GERAL | 1.010.094 | 1.010.094 |

| Consolidado | | | Consolidado | | | |
|--|---|---------------------|----------------|--|---------------------|----------------|
| Ativos financeiros em 31/03/2021 conforme balanço patrimonial | Ativos a valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Total | Passivos financeiros em 31/03/2021 conforme balanço patrimonial | Custo amortizado | Total |
| Circulante | | | | Circulante | | |
| Caixa e bancos | 64.899 | - | 64.899 | Fornecedores | 81.781 | 81.781 |
| Aplicações financeiras | 178 | - | 178 | Empréstimos e financiam. | 379.440 | 379.440 |
| Contas a receber | - | 276.191 | 276.191 | Debêntures | 12.541 | 12.541 |
| Títulos valores mobiliários | - | 9 | 9 | Títulos a pagar | 1.002 | 1.002 |
| Outros créditos | - | 19.047 | 19.047 | Outras contas a pagar | 225.252 | 225.252 |
| Total circulante | 65.077 | 295.247 | 360.324 | Total circulante | 700.016 | 700.016 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | |
| Contas a receber | - | 482 | 482 | Empréstimos e financiam. | 263.323 | 263.323 |
| Títulos a receber | - | 7.774 | 7.774 | Outras contas a pagar | 1.968 | 1.968 |
| Títulos valores mobiliários | - | 688 | 688 | | | |
| Outros créditos | - | 19.406 | 19.406 | | | |
| Total não circulante | - | 28.350 | 28.350 | Total não circulante | 265.291 | 265.291 |
| TOTAL GERAL | 65.077 | 323.597 | 388.674 | TOTAL GERAL | 965.307 | 965.307 |

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|---------------|------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Bancos conta movimento | - | - | 64.899 | 128 |
| Aplicação financeira | 22 | 21 | 178 | 176 |
| Total de Caixa e Equivalentes de Caixa | 22 | 21 | 65.077 | 304 |

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|----------------|----------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Cientes interno | 12.855 | 12.855 | 110.730 | 67.562 |
| Cientes externo (a) | - | - | 276.031 | 501.549 |
| Provisão de crédito de liquidação duvidosa | (11.995) | (11.995) | (110.088) | (67.116) |
| | <u>860</u> | <u>860</u> | <u>276.673</u> | <u>501.995</u> |
| Circulante | 378 | 378 | 276.191 | 501.513 |
| Não circulante | 482 | 482 | 482 | 482 |

a) No valor de R\$ 276.031 no consolidado, encontra-se os montantes dos ressarcimentos de custos incorridos no Projeto de Charqueadas, conforme decisão da corte arbitral de Nova York. Conforme mencionado em fato relevante ao mercado em 31/03/2021.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Titulos diversos | 9 | 9 | 697 | 697 |
| | <u>9</u> | <u>9</u> | <u>697</u> | <u>697</u> |
| Circulante | 9 | 9 | 9 | 9 |
| Não circulante | - | - | 688 | 688 |

NOTA 8 - ESTOQUES

| | Consolidado | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Produtos em elaboração | 1.357 | 1.436 |
| Insumos e materiais | 7.057 | 4.396 |
| Adiantamentos a fornecedores | 20 | - |
| | <u>8.434</u> | <u>5.832</u> |

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 9 - TÍTULOS A RECEBER

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|----------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Créditos com terceiros (a) | 7.774 | 7.774 | 7.774 | 7.774 |
| Não Circulante | 7.774 | 7.774 | 7.774 | 7.774 |

(a) O valor lançado nesta rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS- Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Impostos e contribuições a compensar | 42 | 42 | 190 | 158 |
| ICMS a recuperar | 53 | 52 | 1.731 | 1.882 |
| IPI a recuperar | 974 | 974 | 1.223 | 1.199 |
| PIS/COFINS lei 10833/03 | - | - | 550 | 573 |
| Adiantamentos efetuados - parcelamentos (b) | - | - | - | - |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 125 | 125 | 158 | 157 |
| IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (a) | 8.801 | 8.921 | 24.368 | 24.614 |
| CSLL diferido sobre diferenças temporárias (a) | 3.169 | 3.211 | 8.740 | 8.829 |
| Demais créditos (c) | 3.859 | 3.859 | 22.321 | 22.345 |
| | 17.023 | 17.184 | 59.281 | 59.757 |
| Circulante | 4.798 | 4.798 | 25.919 | 26.061 |
| Não circulante | 12.225 | 12.386 | 33.362 | 33.696 |

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos.

c) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.

NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Adiantamento a Empregados | 33 | 31 | 944 | 980 |
| Adiantamento a Fornecedores | 4.592 | - | - | - |
| Gerdau S/A | - | 355 | - | 355 |
| Contas a receber - Venda de ativos (a) | 27.612 | 37.605 | 27.612 | 37.605 |
| Outros | 6 | - | 9.897 | 5.371 |
| Total | 32.243 | 37.991 | 38.453 | 44.311 |
| | | | | |
| Circulante | 13.501 | 9.509 | 19.047 | 15.165 |
| Não circulante | 18.742 | 28.482 | 19.406 | 29.146 |

a) Refere-se aos valores a receber pela venda do imóvel de Curitiba.

NOTA 12 - INVESTIMENTOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Participação em controladas/coligadas (a) | 325.593 | 325.839 | 207.600 | 204.229 |
| Bens não operacionais | - | - | - | - |
| Propriedade para Investimentos (b) | - | - | 44.053 | 44.053 |
| Outros investimentos (c) | - | - | - | - |
| | 325.593 | 325.839 | 251.653 | 248.282 |

Participações em Controladas e Coligadas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Em 31 de Dezembro de 2020 | | | | | | | |
|---|---------|-----------|-----------|-------------|---------|---------|-----------|
| IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i) | 862.588 | 1.960.131 | 227.415 | (1.097.543) | 100,00% | - | (286.141) |
| Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii) | 795.722 | 468.393 | (18.442) | 327.329 | 47,07% | 154.074 | (5.297) |
| Penta Participações e Investimento Ltda.(iii) | 182.909 | 11.624 | (105) | 171.285 | 100,00% | 171.285 | 353 |
| Inepar Equipamentos e Montagens S.A. | 228.909 | 276.614 | (106.059) | (47.705) | 100,00% | - | (47.218) |
| Innovida Participações S.A. | 3.907 | 10.453 | - | (6.546) | 100,00% | - | - |
| Fidc Tarânis | 619.743 | 4.462 | (4.899) | 615.281 | 18,00% | 480 | - |
| | | | | | | 325.839 | (338.303) |

| Nome | Ativos | Passivos | Resultado | Patrimônio Líquido | % de Participação | Valor do Investimento | Resultado da | |
|---|---------|-----------|-----------|--------------------|-------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | | | | | | Equivalência 31/03/2021 | Equivalência 31/03/2020 |
| Em 31 de Março de 2021 | | | | | | | | |
| IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i) | 706.505 | 1.795.320 | 4.512 | (1.088.815) | 100,00% | - | 4.512 | (35.393) |
| Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii) | 789.072 | 462.523 | (2.989) | 326.549 | 47,07% | 153.707 | (1.407) | (684) |
| Penta Participações e Investimento Ltda.(iii) | 183.056 | 11.650 | 120 | 171.406 | 100,00% | 171.406 | 120 | 46 |
| Inepar Equipamentos e Montagens S.A. | 227.796 | 277.014 | (1.513) | (49.218) | 100,00% | - | (1.513) | (2.188) |
| Innovida Participações S.A. | 3.907 | 10.453 | - | (6.546) | 100,00% | - | - | - |
| Fidc Tarânis | 619.743 | 4.462 | (4.899) | 615.281 | 18,00% | 480 | - | - |
| | | | | | | 325.593 | 1.712 | (38.219) |

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Consolidado

| Nome | Ativos | Passivos | Resultado | Patrimônio Líquido | % de Participação | Valor do Investimento | Resultado Equivalência |
|--|---------|----------|-----------|--------------------|-------------------|-----------------------|------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| RIG Oil & Gas | 36.959 | 21.785 | (569) | 15.174 | 16,66% | 2.528 | (95,00) |
| QUIP S.A. | 129.571 | 85.774 | (59.225) | 43.797 | 13,25% | - | (7.847) |
| QGI INC | 114.630 | 8.407 | 2.713 | 106.223 | 20,00% | 21.245 | 543 |
| QGI BRASIL | 164.444 | 29.360 | 1.859 | 135.084 | 19,53% | 26.382 | (364) |
| QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda | 60 | - | (56) | (4) | 35,00% | - | (19) |
| FIDC (iv) | - | - | - | - | 0,00% | - | 880 |
| Companhia Brasileira de Diques S.A. | 795.721 | 449.949 | (12.517) | 345.772 | 47,07% | 154.074 | (9.562) |
| | | | | | | 204.229 | (16.464) |
| Em 31 de Março de 2021 | | | | | | | |
| RIG Oil & Gas | 38.295 | 22.962 | 392 | 15.333 | 16,66% | 2.554 | 65 |
| QUIP S.A. | 129.677 | 85.880 | (4.091) | 43.797 | 13,25% | - | (541) |
| QGI INC | 131.852 | 18.760 | 80 | 113.092 | 20,00% | 22.619 | 16 |
| QGI BRASIL | 159.329 | 12.278 | 11.966 | 147.051 | 19,53% | 28.719 | 2.336 |
| QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda | 74 | - | (14) | (60) | 35,00% | - | (5) |
| FIDC (iv) | - | - | - | - | 0,00% | - | - |
| Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii) | 789.072 | 462.523 | (2.989) | 326.549 | 47,07% | 153.707 | (1.407) |
| | | | | | | 207.599 | 464 |

| | Quantidade de ações possuídas (em milhares) | | Participação em % | Participação no capital votante em % |
|---|---|--------|-------------------|--------------------------------------|
| | O . N. | P. N. | | |
| Controladas/Coligadas | | | | |
| IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A. | 149.799 | - | 100,00 | 100,00 |
| Companhia Brasileira de Diques S.A. | 289 | - | 47,07 | 47,07 |
| Penta Participações e Investimento Ltda. | 230.601 | quotas | 100,00 | 100,00 |
| Inepar Equipamentos e Montagens S.A. | 246.386 | 66.035 | 100,00 | 100,00 |
| Innovida Participações S.A. | 12.541 | - | 100,00 | 100,00 |
| Fidc Tarânis (cotas) | | | | |

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. Tendo em vista que essa controlada apresenta Passivo a Descoberto em 31/12/2020, a Companhia constituiu provisão até a totalidade desse valor, conforme descrito na nota 23.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) FIDC Tarânis: em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

b) Propriedade para Investimentos: Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

c) Outros investimentos- O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 13 – IMOBILIZADO

| Controladora | Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos | | | | | | Outros | Total |
|----------------------------------|--|--------------|--------------|------------|-------------|----------------|-----------|-----------|
| | Terrenos | Benfeitorias | Equipamentos | Utensílios | Ferramentas | de Informática | | |
| Taxas anuais de depreciação | 0% | 25% | 10% a 40% | 10% | 2% a 10% | 1% a 10% | 10% a 30% | |
| Em 31 de Dezembro de 2020 | | | | | | | | |
| Custo | 10.188 | 155.668 | 6.693 | 21 | (39.140) | 13 | 3.989 | 137.431 |
| Depreciação Acumulada | - | (86.890) | (6.320) | (14) | 39.466 | (9) | (1.767) | (55.534) |
| Valor contábil líquido | 10.188 | 68.778 | 373 | 7 | 326 | 4 | 2.222 | 81.897 |
| Adições | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Depreciação | - | (735) | (40) | (1) | (6) | (0) | - | (782) |
| Baixas da Depreciação | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final | 10.188 | 68.043 | 333 | 6 | 320 | 4 | 2.222 | 81.115 |
| Em 31 de Março de 2021 | | | | | | | | |
| Custo | 10.188 | 155.668 | 6.693 | 21 | (39.140) | 13 | 3.989 | 137.431 |
| Depreciação Acumulada | - | (87.625) | (6.360) | (15) | 39.460 | (9) | (1.767) | (56.316) |
| Valor contábil líquido | 10.188 | 68.043 | 333 | 6 | 320 | 4 | 2.222 | 81.115 |
| Consolidado | | | | | | | | |
| Taxas anuais de depreciação | Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos | | | | | | Outras | Total |
| | Terrenos | Benfeitorias | Equipamentos | Utensílios | Ferramentas | de Informática | | |
| | 0% | 4% a 25% | 10% a 40% | 10% | 2% a 10% | 1% a 10% | 10% a 30% | |
| Em 31 de Dezembro de 2020 | | | | | | | | |
| Custo | 17.400 | 178.833 | 92.193 | 4.879 | (36.846) | 13.784 | 83.759 | 354.002 |
| Depreciação Acumulada | - | (92.412) | (60.924) | (4.367) | 38.631 | (11.888) | (2.624) | (133.584) |
| Valor contábil líquido | 17.400 | 86.421 | 31.269 | 512 | 1.785 | 1.896 | 81.135 | 220.418 |
| Adições | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | (79) | (8) | - | - | - | (87) |
| Depreciação | - | (811) | (815) | (57) | (35) | (254) | - | (1.972) |
| Baixas da Depreciação | - | - | 52 | 5 | - | - | - | 57 |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final | 17.400 | 85.610 | 30.427 | 452 | 1.750 | 1.642 | 81.135 | 218.416 |
| Em 31 de Março de 2021 | | | | | | | | |
| Custo | 17.400 | 178.833 | 92.114 | 3.930 | (36.845) | 13.784 | 83.759 | 352.975 |
| Depreciação Acumulada | - | (93.223) | (61.687) | (3.478) | 38.596 | (12.142) | (2.624) | (134.559) |
| Valor contábil líquido | 17.400 | 85.610 | 30.426 | 452 | 1.751 | 1.642 | 81.135 | 218.416 |

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por "impairment".

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| CONTROLADORA | Controladora | | |
|-----------------------------|-------------------|--------------------------|---------|
| | Marcas e Patentes | Ágio sobre Investimentos | Total |
| Taxas anuais de amortização | 20% | 0% | |
| Em 31 de Dezembro de 2020 | | | |
| Custo | 247 | 391.513 | 391.760 |
| Amortização acumulada | (247) | - | (247) |
| Valor contábil líquido | - | 391.513 | 391.513 |
| Em 31 de Março de 2021 | | | |
| Custo | 247 | 391.513 | 391.760 |
| Amortização acumulada | (247) | - | (247) |
| Valor contábil líquido | - | 391.513 | 391.513 |

| CONSOLIDADO | Consolidado | | | | |
|-----------------------------|-------------------|--------------------|-------------------------|--------------------------|----------|
| | Marcas e Patentes | Desenvolv Projetos | Programas de Computador | Ágio sobre Investimentos | Total |
| Taxas anuais de amortização | 20% | 20% | 20% | 0% | |
| Em 31 de Dezembro de 2020 | | | | | |
| Custo | 247 | 937 | 34.064 | 391.513 | 426.761 |
| Amortização acumulada | (247) | (928) | (29.647) | - | (30.836) |
| Valor contábil líquido | - | (5) | 4.417 | 391.513 | 395.925 |
| Amortização | - | - | (606) | - | (606) |
| Saldo Final | - | (5) | 3.811 | 391.513 | 395.319 |
| Em 31 de Março de 2021 | | | | | |
| Custo | 247 | 937 | 34.064 | 391.513 | 426.761 |
| Amortização acumulada | (247) | (942) | (30.253) | - | (31.442) |
| Valor contábil líquido | - | (5) | 3.811 | 391.513 | 395.319 |

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$1.331.871, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

NOTA 15 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Circulante | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Modalidade | | | | |
| Arrendamentos Financeiros | - | - | 51.293 | 50.246 |
| Ativo Permanente | 153.517 | 146.140 | 153.517 | 146.140 |
| Capital de Giro | 6.435 | 15.384 | 174.630 | 180.160 |
| Total Circulante | 159.952 | 161.524 | 379.440 | 376.546 |
| Não Circulante | | | | |
| Modalidade | Controladora | | Consolidado | |
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo Permanente | 235.193 | 235.938 | 235.193 | 235.938 |
| Arrendamentos Financeiros | 28.129 | 27.476 | 28.129 | 27.476 |
| Total Não Circulante | 263.322 | 263.414 | 263.322 | 263.414 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 423.274 | 424.938 | 642.762 | 639.960 |
| Por Data de Vencimento / Em negociação | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Vencidos | 168.776 | 101.146 | 357.167 | 295.760 |
| Em até 12 meses | 19.304 | 60.377 | 22.272 | 80.786 |
| De 1 a 2 anos | 16.056 | 17.516 | 19.024 | 17.516 |
| De 2 a 3 anos | 16.056 | 16.056 | 19.024 | 16.056 |
| De 3 a 4 anos | 16.056 | 18.975 | 19.024 | 18.975 |
| De 4 a 5 anos | 16.056 | 17.516 | 19.024 | 17.516 |
| Acima de 5 anos | 170.969 | 193.352 | 187.224 | 193.349 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | 423.274 | 424.938 | 642.762 | 639.960 |

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis de Charqueadas, Magé e Macaé.

NOTA 16 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA)

| Emissão | Empresa | Controladora | | |
|-----------------------|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2020 | Adições/Baixas | 31/03/2021 |
| 3ª Emissão | Inepar S.A. Indústria e Construções | 2.486 | 2 | 2.488 |
| 4ª Emissão | Inepar S.A. Indústria e Construções | 3.535 | 161 | 3.696 |
| 5ª Emissão | Inepar S.A. Indústria e Construções | 231.492 | - | 207.607 |
| | | 237.513 | - | 213.791 |
| Circulante | | 42.964 | | 12.541 |
| Não circulante | | 194.549 | | 201.250 |

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

Cronograma de Amortização

Será realizada uma amortização extraordinária com recursos decorrentes da venda do imóvel registrado perante o Registro de imóveis de Macaé/RJ, sob a matrícula nº 24.269, no valor de R\$ 22.500 milhões, corrigidos pelo índice IPCA.6% a.a.; a partir de 04/04/2019.

Após o efetivo pagamento da amortização extraordinária, a Inepar deverá pagar a importância de R\$ 172.560 milhões a ser atualizado mensalmente pelo IPCA, acrescido de 6% ao ano até a data do efetivo pagamento.

NOTA 17- IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Parcelamento Excepcional (b) | 29.253 | 29.124 | 330.273 | 250.355 |
| ICMS a recolher | 40.706 | 40.657 | 54.919 | 54.838 |
| Inss a recolher | 212.039 | 211.762 | 214.808 | 270.504 |
| ISS a recolher/Parcelamentos | 8.512 | 8.440 | 25.438 | 25.124 |
| Pis/Cofins a recolher | 241.554 | 241.241 | 314.831 | 314.413 |
| Impostos e Contribuições retidos na fonte | 25.147 | 36.230 | 26.931 | 37.784 |
| Parcelamento Refis Lei nº 12.996/14 (c) | 14.002 | 13.967 | 14.016 | 13.967 |
| IPI a recolher | - | - | 12.035 | 11.993 |
| IRPJ | 103.759 | 103.677 | 103.759 | 103.677 |
| Diversos debitos Federais | - | - | 421.005 | 395.989 |
| Outros | 85.268 | 73.405 | 115.569 | 149.904 |
| | <u>760.239</u> | <u>758.503</u> | <u>1.633.584</u> | <u>1.628.548</u> |
| Circulante | 732.390 | 729.886 | 1.409.338 | 1.395.465 |
| Não circulante | 27.849 | 28.617 | 224.246 | 233.083 |

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/14, estes parcelamentos foram rompidos e transferidos para os demais programas de parcelamentos fiscais.

b) O Grupo Inepar/lesa, efetuou parcelamentos através da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e Portaria PGFN nº 14,402, de 18 de junho de 2020.

Por terem sido emitidas novas normas de parcelamentos muito mais vantajosas para as empresas em recuperação judicial através das Portarias PGFN 2.382/2021 e 9917/2020, o Grupo Inepar/lesa solicitou a PGFN o rompimento destes parcelamentos e o seu enquadramento nas novas normas.

Diante da desistência do parcelamento já homologado através da Lei nº 13.988 a empresa efetuou os ajustes nos saldos dos valores a pagar conforme extrato emitido pela Receita/PGFN, gerando aumento dos saldos na ordem de R\$ 654 milhões.

Com a homologação das negociações em curso com a Receita/PGFN temos a sinalização da redução de até 70% dos saldos a pagar, com redução dos valores das multas, juros e encargos, e prazo maiores para pagamento.

Estamos ainda, efetuando junto a PGFN/Receita uma conciliação dos valores que constam nos extratos da Receita/PGFN, podendo os descontos serem superiores a R\$ 1.437 milhões.

c) Os valores constantes do parcelamento efetuados pela Lei nº 12.996/14, foram rompidos perante a Receita/PGFN. Estes valores serão transferidos para os novos parcelamentos em vigor.

NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------|--------------|--------------|---------------|----------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| ICMS s/Receitas | 2.303 | 2.303 | 2.303 | 2.303 |
| Custos a Incorrer | - | - | 11.902 | 126.297 |
| | 2.303 | 2.303 | 14.205 | 128.600 |
| Circulante | - | - | 11.902 | 126.297 |
| Não circulante | 2.303 | 2.303 | 2.303 | 2.303 |

O saldo no valor de R\$126.297 em 31/12/20 no consolidado refere-se, principalmente, a custos processuais da arbitragem internacional contra TUPÍ BV, este montante já foi liquidado através de retenção sobre o desfecho do processo.

NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| CONSOLIDADO | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
|----------------|------------|------------|
| Saldo Inicial | 38.735 | 148.793 |
| Adições/Baixas | 3.209 | (110.058) |
| Saldo Final | 41.944 | 38.735 |

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 20 - IMPOSTOS DIFERIDOS

20.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

| Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos | Tributos Diferidos Ativos | | Consolidado Tributos Diferidos Passivos | | | | |
|--|---------------------------|--------|--|---------------------------------|-----------------|-------------------------|--------|
| | Diferenças Temporárias | Total | Impostos s/Reserva de Reavaliação | Outros Impostos Diferidos | Custo Atribuído | Revisão de Vida Útil | Total |
| | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 12.133 | 12.133 | 12.133 | 8.528 | 22.456 | 12.568 | 55.685 |
| Constituição dos Tributos | - | - | - | - | - | - | - |
| Baixa dos Tributos | 14.339 | 14.339 | (162) | (4) | (132) | (142) | (440) |
| Em 31 de março de 2021 | 26.472 | 26.472 | 11.971 | 8.524 | 22.324 | 12.426 | 55.245 |
| Constituição dos Tributos | - | - | - | - | - | - | - |

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro | (14.616) | (527.776) | (11.724) | (498.607) |
| IRPJ / CSLL Alíquota Nominal | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Total Tributos | - | - | - | - |
| Ajustes Apuração Alíquota Efetiva | | | | |
| Adições/Exclusões | 102 | 22.964 | 108 | 43.799 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (2) | (37.974) | (2) | (33.962) |
| IRPJ / CSLL no Resultado | 102 | (15.010) | 106 | 9.837 |
| Tributos Correntes | - | - | - | - |
| Tributos Diferidos | 102 | (15.010) | 106 | 9.837 |
| Alíquota Efetiva | 0,70% | -2,84% | -0,90% | -1,97% |

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/03/2021 nas demonstrações financeiras da Controladora:

| | Ativo Não Circulante | |
|--|-------------------------------|----------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| | Contas Correntes | |
| IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. | 271.151 | 320.512 |
| Inepar Administração e Participações S.A. | - | - |
| IESA - Óleo & Gás S.A. | - | - |
| Inepar Equipamentos e Montagens S.A. | 81 | 81 |
| IESA Transportes S.A. | 4.087 | 4.087 |
| Afac Inepar Innovida Latin America S.A. | 6 | 6 |
| Afac Inepar Innovida Participações S.A. | 5.400 | 5.400 |
| Afac Penta Participações S.A. | 9.891 | 9.891 |
| Afac Usina Hidrelétrica de Cubalão | - | - |
| | 290.616 | 339.977 |
| | Passivo Não Circulante | |
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| | Contas Correntes | |
| Inepar Equipamentos e Montagens S.A. | 202.032 | 202.032 |
| Penta Participações e Investimentos Ltda | 155.492 | 155.492 |
| Cia Brasileira de Diques S.A. | 582 | 582 |
| Iesa Óleo & Gás S/A | 11.330 | 11.342 |
| Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. | 26.293 | 26.293 |
| Inepar Administração e Participações S.A. | 38.936 | 38.396 |
| Demais Empresas | 63 | 46 |
| | 434.728 | 434.183 |

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

| ATIVO | Saldo | Adições/ Baixas/Var. | Saldo |
|--|------------------|-------------------------|----------------|
| | 31/12/2020 | Monetária | 31/03/2021 |
| <i>Empresas</i> | | | |
| IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. | 320.512 | 22.773 | 271.151 |
| Inepar Administração e Participações S.A. | - | - | - |
| IESA - Óleo & Gás S.A. | - | - | - |
| Inepar Equipamentos e Montagens S.A. | 81 | - | 81 |
| IESA Transportes S.A. | 4.087 | - | 4.087 |
| AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A. | 6 | - | 6 |
| AFAC - Inepar Innovida Participações S.A. | 5.400 | - | 5.400 |
| AFAC - Penta Participações Ltda. | 9.891 | - | 9.891 |
| AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão | - | - | - |
| | 1.237.376 | 22.773 | 290.616 |
| PASSIVO | | | |
| Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a) | 202.032 | - | 202.032 |
| Inepar Administração e Participações S/A | 38.396 | 540 | 38.936 |
| Penta Participações e Investimentos Ltda (b) | 155.492 | - | 155.492 |
| Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S/A. | 26.293 | - | 26.293 |
| Iesa Óleo & Gás S/A | 11.342 | (12) | 11.330 |
| Cia. Brasileira de Diques S.A. | 582 | - | 582 |
| Demais Empresas | 46 | 17 | 63 |
| | 434.183 | 545 | 434.728 |

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|----------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo Inicial | 242.510 | 242.510 | 517.411 | 517.411 |
| Adições/Baixas | 393.588 | 393.588 | 348.310 | 348.310 |
| Saldo Final | 636.098 | 636.098 | 865.721 | 865.721 |

| | 31/03/2021 | | 31/12/2020 | | 31/03/2021 | | 31/12/2020 | |
|--------------|--------------|----------|--------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|
| | CONTROLADORA | | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | | CONSOLIDADO | |
| | Possível | Provável | Possível | Provável | Possível | Provável | Possível | Provável |
| Trabalhistas | 4.494 | 12.658 | 4.494 | 12.658 | 71.789 | 66.759 | 71.789 | 66.759 |
| Tributárias | 291.156 | 613.649 | 291.156 | 613.649 | 346.414 | 765.457 | 346.414 | 765.457 |
| Cíveis | 75.365 | 9.662 | 75.365 | 9.662 | 170.787 | 32.832 | 170.787 | 32.832 |
| Outras | - | 129 | - | 129 | - | 673 | - | 673 |
| | 371.015 | 636.098 | 371.015 | 636.098 | 588.990 | 865.721 | 588.990 | 865.721 |

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 71.789 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN. Os parcelamentos efetuados com base na Lei nº 13.988, foram rompido por solicitação do Grupo Inepar/lesa e serão efetuados novos parcelamentos em condições muito mais vantajosa para as empresas em recuperação judicial. Estas negociações junto a Receita/PGFN estão em fase final de efetivação.

Tendo em vista o rompimento dos parcelamentos efetuados em dezembro de 2020, os descontos obtidos foram estornados e constituída uma provisão até que os novos parcelamentos sejam homologados.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Contrato com a Tupi BV/PNBV: O contrato assinado entre a Ilesa Óleo & Gas S.A. e a Tupi B.V ("TUPI") em 26/07/2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, foi instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, a o tribunal arbitral concluiu que a PNBV e Tupi violaram os contratos e concederam a nossa subsidiária Ilesa Óleo&Gás o ressarcimento/indenização por danos mais juros de pre-adjudicação, que totalizaram em aproximadamente US\$ 107 milhões. Posteriormente em 2021 as empresas em novo acordo celebrado finalizaram a pendência em US\$ 96 milhões.

NOTA 23 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 1.149.385 (R\$1.153.544 em 31/12/2020) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A.

NOTA 24 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Delft Administração e Participações S.A | - | - | 3.310 | 3.378 |
| Obrigações imóvel Macaé | 3.000 | 3.000 | 3.000 | 3.000 |
| Provisões diversas obrigações a pagar (a) | 10.599 | 22.411 | 92.048 | 113.206 |
| Comissões sobre venda de imóveis | 1.341 | 1.665 | 1.800 | 1.665 |
| Outras contas a pagar (a) | 11.708 | - | 23.042 | - |
| Acordos a pagar (b) | 22.906 | 22.905 | 22.906 | 24.531 |
| Andritz Hydro S.A. (c) | 81.114 | 80.143 | 81.114 | 80.143 |
| | <u>130.668</u> | <u>130.124</u> | <u>227.220</u> | <u>225.923</u> |
| Circulante | 129.710 | 128.842 | 225.252 | 223.649 |
| Não circulante | 958 | 1.282 | 1.968 | 2.274 |

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/14. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do Processo Digital nº 10110111-27.2014.8.26.0037 reconheceu a concursabilidade do crédito a favor da Andritz.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social integralizado é de R\$429.684 formado por 5.066.447 ações ordinárias e 3.156.808 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$180.292 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital.
- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital.
- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital.

c) Reserva de Reavaliação- (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 318.542 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$167.234 para a 6ª emissão e de R\$66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.
- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$10.268 para a 8.ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.
- No exercício foram convertidas em ações ordinárias 8.072, em substituição as debêntures perpétuas.
- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550.
- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$6.507.
- Para as debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 38.165, que serão utilizadas para as próximas conversões.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$31.837. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 834.007, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 780.125, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

| | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
|---|-----------------|-----------------|
| Numerador | | |
| Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia | | |
| Resultado disponível aos acionistas preferenciais | (5.903) | (24.356) |
| Resultado disponível aos acionistas ordinários | (8.612) | (33.754) |
| | <u>(14.515)</u> | <u>(58.110)</u> |
| Denominador (em milhares de ações) | | |
| Quantidade de ações preferenciais emitidas | 3.157 | 3.157 |
| Quantidade de ações ordinárias emitidas | 5.066 | 4.812 |
| Total | <u>8.223</u> | <u>7.969</u> |
| Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações | | |
| Ação preferencial | (1.870) | (7.715) |
| Ação ordinária | (1.670) | (7.014) |

NOTA 27- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|
| | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
| Vendas mercado interno/Prestação de serv. | 2.208 | 1.533 |
| (-) Impostos sobre as Vendas | (538) | (348) |
| Receita de Vendas | <u>1.670</u> | <u>1.185</u> |

NOTA 28 - DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/03/2021 | 31/03/2020 | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
| Despesas Financeiras | | | | |
| Juros sobre impostos e contribuições | (2.298) | (4.277) | (4.454) | (7.595) |
| Juros / despesas bancárias | (13.520) | (12.989) | (24.740) | (20.540) |
| Outras despesas financeiras | (991) | (5) | (1.017) | (4) |
| Variações cambiais | - | - | (41) | (8.228) |
| | <u>(16.809)</u> | <u>(17.271)</u> | <u>(30.252)</u> | <u>(36.372)</u> |
| Receitas Financeiras | | | | |
| Receitas de aplicações financeiras | - | - | 6 | 3 |
| Receitas atualização debêntures | 2.417 | 574 | 2.415 | 574 |
| Juros auferidos | 91 | - | 122 | 3 |
| Variações monetárias ativas | 116 | 549 | 116 | 549 |
| Outras receitas financeiras | 3 | 76 | 157 | 110 |
| Variações cambiais | - | - | - | 108 |
| | <u>2.627</u> | <u>1.199</u> | <u>2.816</u> | <u>1.403</u> |
| | <u>(14.182)</u> | <u>(16.072)</u> | <u>(27.436)</u> | <u>(34.969)</u> |

NOTA 29- COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 30 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/03/2021 | 31/12/2020 | 31/03/2021 | 31/12/2020 |
| Salários | 1.786 | 427 | 4.509 | 5.692 |
| Gastos Previdenciários | 1.123 | 308 | 1.273 | 1.333 |
| Total | <u>2.909</u> | <u>735</u> | <u>5.782</u> | <u>7.025</u> |

NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e Controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/03/2021 | 31/03/2020 | 31/03/2021 | 31/03/2020 |
| Remuneração de Conselheiros | 121 | 261 | 171 | 275 |
| Remuneração de Diretores | 496 | 171 | 1.087 | 1.757 |
| Total | 617 | 432 | 1.258 | 2.032 |

NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

| Consolidado | Geração / Equipamentos | Gás/Módulos/ Outros | Total |
|--------------------------------|------------------------|---------------------|----------------|
| Receita bruta total | 2.062 | 147 | 2.209 |
| Impostos/Deduções | (512) | (27) | (539) |
| Custos dos Produtos e Serviços | (2.149) | (1.246) | (3.395) |
| Total | (599) | (1.126) | (1.725) |

NOTA 33 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES:

A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros enegociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- Alienação das ações da UPI IOG;
- Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel localizado no município de Charqueadas;
- Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Macaé.
- Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 900 milhões, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor de R\$ 619 milhões.
- A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes.

- g) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.
- h) Finalização do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade.

NOTA 34 - EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 19 de abril de 2021, a Companhia emitiu Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que após intensas negociações um acordo foi firmado com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures.
- b) Em 04 de maio de 2021, a Companhia emitiu Fato Relevante informando a conclusão de acordo com a TUPI BV e PNBV, referente ao processo de arbitragem instaurado em Nova York.
- c) Em 07 de maio de 2021, através da Ata da 354ª Reunião do Conselho de Administração, foi homologado o aumento de capital integralizado na Companhia em decorrência da conversão de 472;580 debêntures perpetuas.
- d) Em 11 de maio de 2021, através de comunicado ao mercado, foi informado que a Companhia está estudando e analisando a viabilidade de realização do desdobramento(split) das ações de emissão da empresa.
- e) Em 19 de maio de 2021, através da Ata da 355ª Reunião do Conselho de Administração colocou à apreciação para aprovação dos presentes a proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia dos Acionistas para desdobramentos das ações emitidas pela Empresa, obtendo a aprovação unânime de todos os presentes.
- f) Em 28 de junho de 2021, através da Ata da 356ª Reunião do Conselho de Administração apreciou e acatou pedido de renúncia pelo membro e Presidente do Conselho de Administração e elegeu novos membros para compor o Conselho de Administração e Diretoria Executiva.
- g) Foi eleito nesta mesma Reunião do Conselho de Administração o Sr.Mounir Chaowiche, como Diretor Presidente da Inepar, para completar o mandato em curso.
- h) Em 22 de Julho de 2021, através do aviso aos acionistas a empresa comunicou que foi aprovada a proposta de desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de zero 1 (uma) ação ordinária e ou preferencial para vinte ações (20 ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social).

DIRETORIA EXECUTIVA:

Mounir Chaowiche – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade

André de OMS

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Rodolfo Andriani

Ricardo de Aquino Filho

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, centro, centro na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba, 29 de Julho de 2021.

Irajá Galliano Andrade

Diretor Administrativo

Manacésar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, centro, centro na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *"a Companhia está conseguindo realizar parte de seus ativos e com esses recursos estão liquidando as obrigações do plano de recuperação judicial, há também uma previsão de parcelamento, e por consequência, a redução significativa dos débitos tributários, no que tange a multas e juros incorridos, e esses fatores somados, à medida que forem efetivados, contribuirão para o retorno da operação do seu parque fabril"* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes BLB , a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba, 29 de julho de 2021.

Irajá Galliano Andrade

Diretor Administrativo

Manacésar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores